

# **RUI, Taniele. *Nas tramas do crack.* Etnografia da abjeção. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.**

└ TATIANE VIEIRA BARROS  
Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa  
Catarina, Brasil

DOI 10.11606/issn.2316-9133.v24i24p585-590

Usando as teorias antropológicas para dar liberdade a sua discussão, essa é uma etnografia sofisticada e de fôlego, que nos faz andar pelas cidades, atentos aos detalhes que vão além de uma impressão abjeta. Com prefácio de Heloisa Pontes e posfácio escrito por Simone Frangella, o livro é resultado da tese de doutorado em Antropologia Social de Taniele Rui, Prêmio Capes de Tese em 2013. A antropóloga usa muito bem sua inserção no campo do trabalho de redução de danos nas cidades de Campinas e São Paulo para realizar uma aproximação com os interlocutores e produzir uma etnografia conceituada, que mostra uma realidade até então vista por olhares distanciados. Resultado de um trabalho de campo de quinze meses, o texto apresenta um olhar aproximado sobre a “cracolândia”,<sup>1</sup> em São Paulo, e a boca do Paranapanema e o prédio da Vila Industrial, ambos na cidade de Campinas, evidenciando a dinâmica das pessoas que ali vivem e se relacionam. As sensações e limites da antropóloga em campo têm lugar cativo no texto, dando um grande poder à etnografia: mostrar que há vida, sociabilidade e pessoas nesse contexto.

Em contato com as histórias dos usuários de crack, suas formas de conseguir a substância, técnicas de uso e de gerir o estado corporal, Taniele Rui percebe que a figura do *noia* toma uma dimensão central na sua investigação. Sobretudo, por contrariar as mídias que defendem uma homogeneização desses usuários, apontando para uma relação extrema e radical com a substância, produtora de uma corporalidade abjeta. O livro é orientado pela noção de que “é o corpo imaginado do *noia* que radicaliza a alteridade” (p. 22). O corpo é abordado como um lugar discursivo e político, imerso em relações de poder. O termo *noia*, difícil de ser discutido analiticamente, perpassa pela compreensão e acusação daqueles que usam o crack e dos outros atores sociais relacionados ao universo da venda, circulação e consumo da substância. Recuperada a partir das discussões de Julia Kris-

teva, a ideia de abjeto é posta para além da falta de limpeza do corpo, mas objetivamente por perturbar “ficções de identidade”, sistema e ordem, não respeitando fronteiras, posições ou regras. Ou seja, a corporalidade de um *noia* provoca desconfortos.

Nessa etnografia, somos levados a andar pelas cidades olhando para os usuários de crack como pessoas (não *zumbis*) que estão em relação com o ambiente, os objetos e a territorialidade, compreendendo a partir desse eixo a degradação social, decorrente do consumo continuado do crack, e os limites do corpo social e político. Para organizar essa caminhada, o livro é dividido em três partes. A primeira fala da entrada em campo das políticas de redução de danos (RD) acompanhadas pela autora. A segunda descreve os espaços de uso e as fronteiras envolvidas. Enquanto a terceira parte, por sua vez, faz uma discussão mais aprofundada nas observações etnográficas e nos empregos do termo *noia*. O trabalho conta ainda com notas cheias de informações e detalhes, que complementam e aludem a novos debates. Caminhemos e estejamos atentos à observação.

Na primeira parte do trabalho, dividida em dois momentos, a autora nos aproxima dos contornos etnográficos do qual faz uso. O desafio que Taniele Rui se propôs foi o de falar do consumo abusivo de crack sem cair em diagnósticos depreciativos ou generalizantes, mas tomando ciência das reais condições dos privilégios sociais. A partir de uma inserção em campo, por meio de Programas de Redução de Danos (PRD) em Campinas e em São Paulo, com a ONG *É de Lei*, ela observou locais de uso e comércio, acionando analiticamente as desigualdades e heterogeneidades nas experiências de consumo. Ela evidencia que houve riscos políticos e analíticos, já que se olhou para as experiências mais extremas; porém, a vantagem desse tipo de abordagem é a contribuição para o debate antropológico sobre a temática, que se distancia dos efeitos da substância por si só – apesar de não negá-lo – e abre a análise para o contexto social e a rede terapêutica.

Ao descrever as negociações para a entrada em campo com o PRD, em Campinas, são problematizadas as tensões dos usos metodológicos com aqueles que facilitam um acesso a determinados contextos. É próprio do campo da antropologia analisar criticamente como os sujeitos de pesquisa, nesse caso os consumidores de crack, estão inseridos e são acessados por programas de saúde, segurança e outros resultados de políticas públicas. Quando a autora fala das negociações para entrar e realizar o trabalho de campo, ela nos passa um panorama sobre ações, serviços, instituições e relações de poder envolvidas. Aciona, também, o lugar da antropóloga que, ao fazer pesquisa nesse contexto, assume, nas relações com a equipe, para o programa e mesmo para os usuários, um papel de redutora de danos. São esses lugares reconhecidos pela experiência etnográfica que deixam o traba-

lho mais rico. Principalmente por direcionamentos territoriais do campo terem se dado nessa relação, ao passo que os olhares e as ideias são exclusivos da antropóloga, a qual considera que a “boa etnografia é aquela que explicita tanto os seus contornos quanto as suas virtudes e que vê nesses contornos o espaço delimitado para uma exploração máxima”. (p. 56)

Em outro momento, visando apresentar uma perspectiva empírica sobre os serviços, seu histórico e implementação, a autora faz uma revisão das políticas de Redução de Danos. Ela aponta para as controvérsias desse conceito e para o fato de hoje haver entendimentos além dos danos à saúde, mas que “podem ser agravos de ordem social” (p. 77), como aponta a psicóloga do PRD/Campinas em entrevista descrita no livro. A autora discorre sobre mudança ocorrida na distribuição de recursos e como esses programas foram adaptados dentro das políticas públicas sobre crack no Brasil. Em seguida, embasada pela experiência em pesquisa anterior (trabalho realizado no mestrado), apresenta o universo de uma das primeiras e mais bem organizadas Comunidades Terapêuticas (CT) em Campinas. É feita uma análise sobre as ações desenvolvidas, as formas de tratamento e cuidado oferecidos por cada serviço, privilegiando o fato de a RD ter práticas que consideram a autonomia dos sujeitos e/em seus contextos, enquanto os “12 Passos” trabalhados nas CT reconhecem uma falta de controle sobre o uso e a condição de *adictos*.

Faz-se importante discutir o papel do redutor de danos e a situação de “igual” vulnerabilidade encontrada ao realizar o trabalho com usuários de crack em seu território de relações – que são locais de trabalho, lazer, moradia e trânsito constata. É a partir dessa relação posta na escrita etnográfica que tomamos alguma familiaridade com os termos *vínculo*, *noia*, *mocó*, *corre*, *movimento*, *burla*, *hibernação*, *Bóris*, *Perninha* e outros aprendidos na interlocução com os usuários de crack e que traduzem questões do cotidiano e das experiências.

Na segunda parte do livro, Taniele Rui sai da esfera institucional e nos leva a caminhar pelas cidades. Por meio de sua cuidadosa etnografia, ela nos apresenta como a experiência na atividade de redução de danos reorientou sua forma de caminhar pelas cidades, observando resíduos, objetos e outros elementos que dão significado àqueles espaços e marcam uma territorialidade. A atenção se volta para o entendimento das dinâmicas de interação entre os espaços urbanos, os usuários de crack e outros atores sociais envolvidos. Assim são apresentados os três cenários investigados, mostrando como cada um dos territórios torna os usuários abjetos de um tipo de relação.

É importante notar como as relações sociais estabelecidas no universo do consumo de crack perpassam a proteção e a perpetração, são contratos

de ajuda mútua “ainda que fugazes e sempre abertos a reavaliações, são fundamentais para a sobrevivência física dos usuários” (p. 159). O texto mostra o cotidiano do consumo da droga, mas nos aproxima da humanidade dessas pessoas, mascaradas pelo estigma de serem usuárias de crack. Poder seguir o percurso de alguns interlocutores – mesmo que para marcar a territorialidade e a sociabilidade do consumo – faz do trabalho um lugar de conhecer, com olhar analítico e desembaçado, a rede de relações de proteção, cuidado, desconfianças e conflitos constituídos nesses contextos. É importante salientar que, na construção de um corpo abjeto e da sua relação com a territorialidade, surge a rotulação de *noia*.

Taniele se preocupa em mostrar, no âmbito das ideias e da análise etnográfica, a correlação entre a delimitação espacial e valoração moral na relação entre usuários de crack, traficantes de drogas e as *ideias* do PCC. Relação esta que não é tão estreita quanto parece. Outra questão interessante é como a ideia de ser um *noia* se constrói a partir do olhar dos próprios usuários, que cambiam entre ser/estar *noia* ou não, e o olhar estigmatizante daqueles que são externos ao uso, revelando a concepção de que *noias* são pessoas que “*não sabem usar*”. A forma como ser um *noia* é descrita no texto lembra – numa alusão – o texto do Howard Becker “Tornando-se um usuário de maconha”, pois evidencia a necessidade de posturas e estigmas para transitar nessa identidade e coloca as relações de trocas em questão. Trocas estas que apontam para uma rede simbólica e de contatos que resultam nos *corres* necessários para se obter a substância, gerando uma “economia das trocas” de produtos por drogas, pois redes sociais interligam mercados lícitos e ilícitos num mesmo lugar.

Conhecer a região denominada “cracolândia” pela ótica etnográfica, e não do Estado, traz reflexões sobre a apropriação dos espaços urbanos, as relações estabelecidas, a condição social das pessoas envolvidas e o universo de negociações existentes. É interessante saber como essa ideia de “cracolândia” engendra significados no imaginário social e na realidade urbana, entendendo que a forma com que os consumidores perambulam pela região resulta em aparatos públicos e privados, intervenções, incriminação e repressão sobre a territorialidade urbana. Trata-se de um lugar social e também de um lugar discursivo onde é possível observar além do “pânico moral” instituído e atentar para as positivities desse fenômeno.

São percebidas relações de poder impostas e construídas, vistas em ações policiais que resultam no extermínio desenfreado pela relação desigual. Reflexo, também, do modo como a sociedade execra os usuários de crack e como os comerciantes inventam ações para tirá-los de suas calçadas – como os “chuveiros”, a pingar água gelada e expulsar aqueles que procuram abrigo. A abjeção é realmente indesejada. Taniele situa o encontro

de ações e serviços para essa população, alertando que repressão, atenção à saúde e ações de redução de danos estão no mesmo lugar sem, contudo, se identificarem ou reconhecerem o trabalho do outro. Dando as vezes de uma relação conturbada entre conflito e autonomia, a exemplo do caso em que policiais dizem aos redutores de danos que a distribuição de piteiras incentivaria o uso e de nada adiantaria, e tem-se a resposta: “*o meu trabalho não incentiva, assim como o de vocês não resolve*” (p. 233). Esses embates que apontam para a complexidade da ação do Estado nesses contextos.

A “cracolândia” é um lugar de relações atravessado por jogos de interesse, disputas e conflitos que estão muito além do crack. A autora opta por mostrar os nexos que ligam e unem o local ao centro de São Paulo, já que as diferenças são apontadas diariamente pela mídia. Assim, ela afirma que a “cracolândia” é “mais bem pensada se vista como um grande mercado onde se buscam sensações providas de fontes legais e ilegais e que favorece múltiplos empreendimentos”, ao passo que “é também um balcão de informações, local de exercício da alteridade e, não sem contradição, local de grande exploração” (p. 263).

Na parte três do livro, contando a história de Gabriela, Adriana, Genivaldo, Ricardo e Michel, o estar “nessa situação” e ser *noia* situam humanidade, trajetórias de vida e passados que existiram antes do crack. Histórias estas que eram deixadas pra trás, pois ali (na “cracolândia”) todo mundo era “mais ou menos igual”. Estar limpo ou sujo compõe uma prática que marca distinções nos modos de estar na rua e apresentam uma heterogeneidade desse universo e do consumo. Quatro marcas corporais são importantes ser observadas para identificar o uso constante do crack: dentes com manchas amareladas ou marrons; lábios ressecados, rachado e fissurados; dedos amarelos, grossos e queimados; e a voz rouca, perdida com o tempo de uso. Isso ajuda a entender que há níveis distintos de engajamento com o crack e como ser *noia* é compreendido pelos usuários e por terceiros.

Atenta a lugares, pessoas e objetos, a pesquisa reorientou a forma como Taniele Rui passou a andar pela cidade. Portanto, seguir os cachimbos como um recurso metodológico, baseando-se nos ensinamentos de Arjun Appadurai, faz entender que são as coisas em movimento que elucidam o contexto humano e social. A relação com os usuários de crack, a forma compreensiva para algumas situações de adversidade e abjeção, a familiaridade com utensílios e objetos, a amizade construída e os nomes dados reluzem sobre a forma como é criado o *vínculo*, tão importante para lidar com pessoas nesse contexto. Os cachimbos têm um lugar apropriado no texto, pois dão formas a algumas experiências, ao modo como o espaço é apropriado, as relações com outros usuários, com pessoas do entorno e com a substância. O cachimbo é um elemento mediador entre a pedra

e aquele que a traga, sendo questionado pela autora como uma forma de reconhecer a agência desses usuários e suas escolhas.

Sem dúvidas, esse livro perpassa por interessantes campos da antropologia. Sendo uma etnografia rica e honesta, remete a questões metodológicas de pesquisas com pessoas em situação de vulnerabilidade, suas demandas, limites e saídas. Permite um olhar mais sensível e menos estigmatizado sobre consumidores de crack – e outras drogas – e aproxima de um cotidiano de relações, objetos e territorialidades. Além disso, faz refletir sobre como a abjeção pode ser negociada para própria sobrevivência, já que está ligada a um desvio. Por fim, essa etnografia tem muita relevância, sobretudo por abordar a perspectiva do sujeito perante os contextos sociais do uso do crack, as condições de abjeção e a ideia de ser/estar *noia*, conceito central no texto que integra a discussão antropológica e a visão dos usuários enquanto sujeitos que pensam sobre sua condição e as questões que os colocam frente à sociedade.

## Notas

1. O uso de palavras em itálico e com aspas remete a forma como os termos são escritos pela autora no livro, apontando para uma discussão antropológica sobre esses usos.

## Referências bibliográficas

- BECKER, Howard. *Outsider: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- RUI, Taniele. *Nas tramas do crack: etnografia da abjeção*. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.

autora

**Tatiane Vieira Barros**

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGAS/UFSC) e integrante do Núcleo de Antropologia do Contemporâneo- TRANSES/UFSC.

**Recebido em 30/08/2015**

**Aceito para publicação em 19/01/2016**